REFLEXÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA A SUPERAÇÃO DO SEXISMO NA ESCOLA

FERNANDES, V. A¹; NALDONI, M ²; CASTELAN, L.P.³

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho.

² Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Física do IFSULDEMINAS-Campus Muzambinho.

³ Professora do IFSULDEMINAS- Campus Muzambinho

E-mail autor: efvalquiria@gmail.com

INTRODUÇÃO

Pela enorme importância das relações que acontecem no ambiente escolar, surgiu o questionamento: “porque as meninas e meninos são separados na escola?”, e “como essa e outras discriminações influenciam na compreensão de gênero de cada um?”. A partir destes questionamentos buscamos compreender o discurso de gênero presente na escola.

Com o presente estudo pretendemos entender através de pesquisa bibliográfica as dificuldades presentes ao se trabalhar com relações de gênero na escola descritas na literatura científica, especialmente na perspectiva de superar o atual modelo sexista.

O conceito de gênero foi criado a partir de que existem o sexo feminino e masculino, e sua construção e manifestação social, se dá como gênero.

O Sexismo se refere ao conjunto de ações e ideias que privilegiam determinado [gênero](#) ou [orientação sexual](#) em detrimento da diversidade humana e tem uma visão de discriminação entre os sexos que são presentes e dominante na sociedade e na escola afirma Moreno (1999). Ele é uma explicação de diferenças culturais e sociais por meio de fatores biológicos, se manifesta mais comumente no machismo e androcentrismo.

Como Moreno (1999) afirma, o androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre no mundo, o único capaz de ditar leis, de impor justiça, de governar o mundo. Há mulheres que compactuam com essa linha de pensamento.

Uma das formas de fixação das diferenças sexistas na escola, está na linguagem a partir da identificação do menino com a letra Q e da menina com a letra A nos discursos, também nos escritos, na produção e reprodução dos desenhos dos livros didáticos se destaca gênero do senso comum, na forma como o professor organiza e aplica suas aulas.

Ao ingressar na escola, meninos e meninas já reconhecem sua identidade de gênero culturalmente construída, e é certo que a escola colabora eficazmente na fixação conceitual do significado de ser menina/menino, reforçando o modelo sexista e androcêntrico presente no senso comum (Moreno 1999).

Na busca de uma nova compreensão sobre as relações de gênero na destacamos a afirmação feita por Goellner (2010):

“Um corpo não é apenas um corpo é também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos.”

Esta ideia reforça a complexidade que existe em tratar de gêneros nas aulas de educação física escolar, que já que objetivo da educação física escolar é trabalhar a cultura corporal em todos seus aspectos.

O objetivo da pesquisa é realizar uma reflexão sobre forma como os papéis sexuais estão presentes na escola, mais especificamente nas aulas de educação física escolar. Utilizaremos pesquisa bibliográfica, buscando conhecimentos com vistas à modificar o conceito existente sobre o tema na sociedade e principalmente na escola. Também a partir do levantamento bibliográfico pretendemos identificar como o professor de Educação Física pode ser importante para a (re)construção simbólica dos gêneros.

DISCUSSÃO

Nas aulas de educação física as diferenças de gênero são mais evidentes, visto que há um contato corporal maior do que em outras disciplinas, já que atua nas práticas corporais e esportivas. Por isso é neste espaço que a diversidade de manifestação corporal deve ser ainda mais respeitada.

As aulas de Educação Física devem propor situações de reflexão, sobre a cultura corporal e as relações de gênero. Desta forma as aulas podem se tornar um espaço para os alunos confrontarem e negarem o *status quo*.

E também é nesse mesmo espaço que o profissional de educação física de acordo com Goellner (2010), faz sua prática pedagógica por meio da intervenção em, cujas ideias podem tanto reforçar as exclusões, os preconceitos, quanto minimizá-las.

Aparato de gêneros é a expressão usada por Fernandes (2010) para representar um conjunto de saberes e algumas normas sociais que se direcionam as pessoas e são por elas

reiteradas, repudiadas ou transformadas, a fim de construir diferentes maneiras de se comportar, de agir, falar, vestir-se, de brincar, de amar.

No caso da educação física é fácil comprovar a discriminação tanto da própria disciplina dentro da escola, quanto da forma como aplicar seus conteúdos. Basta lembrar que a Legislação anterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Decreto Federal nº 69.450/71, exige a formação de turmas de educação com alunos do mesmo sexo, não permitindo aulas mistas.

Na atuação do profissional de educação física devemos buscar a co-educação entendida como elaboração e prática de formas de ação comuns para os dois sexos, criando um espaço aberto, e a crítica ao sexismo socialmente imposto. Essa concretização só é possível quando a organização escolar não se resume nos conteúdos já determinados.

DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

O trabalho consiste em uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema do sexismo na escola, partindo do professor, da escola, do conteúdo escolhido, da didática das aulas, e da intolerância à diversidade sexual na sociedade, com foco a estabelecer parâmetros desta discussão na escola, interessando-nos especialmente as aulas de Educação Física.

Na pesquisa buscamos na literatura científica atual uma maior compreensão das relações de gênero na sociedade, na escola e nas aulas de Educação Física, trazendo elementos para compreender as raízes históricas, culturais, sociais e possibilidades de superação e de reflexão.

CONCLUSÃO

A realizar o levantamento bibliográfico pudemos perceber como o sexismo se manifesta na escola, na sociedade, em muitos conteúdos e especialmente presente nas aulas de educação física escolar. A superação dessa manifestação é bastante complexa, precisa de tempo, espaço, continuidade por parte de todos os membros interessados.

A responsabilidade da educação física está em problematizar a questão de gênero. Posto que é no âmbito escolar, com a intervenção do professor, na escolha dos conteúdos, na sua forma de transmissão, na avaliação, ou seja, em suas aulas as questões de gênero se manifestam fortemente e um dos muitos papéis do profissional é buscar dentro e fora da escola o reconhecimento e respeito pela diversidade, usando suas aulas, sua proximidade com o aluno e provocando uma reflexão sobre a cultura corporal dentro na prática pedagógica.

Este estudo se desdobrará em um trabalho de campo à ser realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, no Campus da cidade de Muzambinho, em uma turma de 2º ano do Ensino Médio integrado com Técnico em Informática. As intervenções acontecerão na segunda quinzena de maio de 2011, nas aulas de educação física, com o objetivo de perceber as possibilidades da modificação da cultura sexista vigente.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

SOARES ET AL. Metodologia do ensino de educação física escolar. Autores Associados, Campinas: SP, 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre; A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. Cadernos de formação RBCE, 2010.

MORENO, Montserrat, Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. Tradução Ana Venite Fuzzato. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1999.

FERNANDES, S. C. “Cadê a bola, dona?” Ou sobre os significados de gênero nas aulas de educação física. In: DAÓLIO, J. Educação física escolar: olhares a partir da cultura. Campinas: Editora Autores Associados, 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L9394). Brasília, 1996.

BRASIL, Decreto Lei (D 69.450). Brasília, 1971.